



Noticias de interesse da segurança pública em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, na semana do dia 12 a 16 de março de 2018.

1. PODER LEGISLATIVO -



1.1 TRABALHO E PREVIDÊNCIA

[Proposta busca desfazer diversos pontos da reforma trabalhista aprovada no ano passado](#)

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 8112/17, do deputado Marco Maia (PT-RS), que altera diversos pontos da legislação modificados pela Lei 13.467/17, conhecida como reforma trabalhista.

Segundo Maia, a reforma trabalhista é a “mais cruel e nefasta” de todas as leis da história do parlamento brasileiro. “Se torna imperioso que esta Casa Legislativa volte atrás, reconheça o erro e reestabeleça os direitos retirados do povo brasileiro”, disse.

[Cancelada reunião da comissão mista sobre MP que altera reforma trabalhista](#)

Foi cancelada a reunião prevista para esta quarta-feira (14) da comissão mista que analisa a medida provisória (MP [808/17](#)) que modifica a reforma trabalhista (Lei [13.467/17](#)). Ainda não foi divulgada a data do próximo encontro da comissão.

A pauta do encontro seria a escolha do relator do colegiado, posto que será ocupado por um deputado. Não há consenso com relação ao nome a ser designado. Ontem (13) uma reunião com a mesma pauta já havia sido cancelada.

1.2 COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

[Audiência discute projeto que concede adicional de periculosidade para policiais](#)

A insegurança profissional dos policiais será tema de audiência pública da comissão externa da Câmara dos Deputados criada para avaliar o crescente número de agentes de segurança pública mortos em serviço. O debate, marcado para esta terça-feira, foi pedido pelo coordenador da comissão, deputado Cabo Sabino (PR-CE).

Entre os convidados para participar do debate estão o presidente da Federação Nacional de Policiais Federais, Luís Antônio de Araújo Boudens; o presidente da Federação Nacional dos Servidores Penitenciários, Fernando Ferreira de Anunciação; e o presidente da Associação Nacional dos Agentes de Trânsito do Brasil, Antônio Coelho Meireles Neto. Veja a lista completa de convidados.

[TCU alerta sobre impacto fiscal da intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro](#)

Representantes do Tribunal de Contas da União (TCU) alertaram nesta terça-feira (13) sobre possíveis impactos fiscais da intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro. Eles foram ouvidos na primeira reunião da comissão externa da Câmara dos Deputados que acompanha as operações no estado.



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Criado no último dia 5, o grupo é composto por 42 integrantes. Os trabalhos são coordenados pelo deputado Hugo Leal (PSB-RJ) e relatados pela deputada Laura Carneiro (DEM-RJ).

[Câmara escolhe deputado Aleluia e ex-ministro Eugênio Aragão para integrar Conselho da República](#)

O Plenário da Câmara dos Deputados elegeu dois membros do Conselho da República nas vagas que cabe à Casa indicar conforme previsto na Constituição. Foram indicados o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), com 168 votos, e o ex-ministro da Justiça Eugênio José Guilherme de Aragão, com 156 votos, indicado pelo PT. O suplente de Aleluia será o deputado Capitão Augusto (PR-SP), que recebeu 135 votos. Já o suplente de Eugênio Aragão será o ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Marcello Lavenère Machado, que obteve 97 votos. Ele foi indicado pelo PCdoB.

[Câmara aprova urgência para Sistema Único de Segurança Pública](#)

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (14), por 343 votos a 8, o regime de urgência para o Projeto de Lei 3734/12, do Poder Executivo, que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, com a finalidade de proteger a pessoa e seu patrimônio por meio da atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos sistemas de segurança, em articulação com a sociedade.

A proposta foi defendida pelo deputado Major Olímpio (SD-SP). “Se não tivermos linhas mestras para a segurança pública, nada será edificado neste setor”, afirmou.

[Olerj e comissão externa se reúnem com interventor federal e secretário de segurança do Rio](#)

A comissão externa que acompanha a intervenção federal no Rio e o Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro (Olerj) vão realizar reunião conjunta hoje com o general Braga Netto, interventor da Segurança no Rio, e o secretário de Segurança Pública do Estado, general Richard Fernandez Nunes.

O coordenador da comissão externa é o deputado Hugo Leal (PSB-RJ) e a relatora é a deputada Laura Carneiro (DEM-RJ).

1.3 POLÍTICA

[Rodrigo Maia diz que PECs podem tramitar em comissões durante intervenção federal](#)

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, decidiu autorizar a tramitação de propostas de emenda à Constituição (PECs) na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) e nas comissões especiais durante a vigência da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro. A decisão foi anunciada nesta terça-feira (13), em resposta a uma questão de ordem feita em Plenário.

[Comissão externa que acompanha intervenção federal no Rio tem audiência hoje](#)

A comissão externa da Câmara dos Deputados que acompanha o planejamento, a execução e os desdobramentos da intervenção federal no Rio de Janeiro realiza hoje uma audiência pública sobre o tema.

Foram convidados: - o secretário de Macro avaliação Governamental do Tribunal de Contas da União (TCU), Leonardo Rodrigues Albernaz;
- o secretário de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública do Tribunal de Contas da União, Egbert Nascimento Buarque; e



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

- a coordenadora do Observatório Legislativo da Intervenção Federal da Câmara dos Deputados, Andréa Sampaio Perna.

Proposta altera sistema proporcional nas eleições legislativas para favorecer candidato com mais votos

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 8412/17, do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), que estabelece o voto proporcional pelo candidato mais bem votado, sem o cálculo do quociente eleitoral como acontece hoje.

Pela proposta, a proporcionalidade das vagas no legislativo federal, estadual e municipal será feita entre os candidatos mais bem votados e não pelo partido ou coligação mais bem votada. Cada partido terá a bancada proporcional ao número de candidatos eleitos.

Plenário inicia Ordem do Dia para eleger dois integrantes do Conselho da República

Iniciou-se a Ordem do Dia do Plenário. Os deputados votam, pelo painel eletrônico, em dois nomes que cabe à Câmara dos Deputados indicar para compor o Conselho da República. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, anunciou as regras de votação. Serão dois indicados: um dentre os candidatos de partidos da base governista e outro dentre os candidatos dos partidos da oposição. Cada grupo de candidatos (base governista e oposição) concorrerá a uma vaga de seu grupo. Se um deles não atingir a maioria absoluta de votos, haverá segundo escrutínio entre os dois mais votados.

Plenário vota em 2º turno indicação de integrantes para o Conselho da República

O Plenário realiza agora o segundo escrutínio da eleição de dois nomes que cabe à Câmara dos Deputados indicar ao Conselho da República.

Pelo grupo de candidatos da base governista, disputam o segundo turno o deputado Capitão Augusto (PR-SP) e o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA). Eles obtiveram 87 e 80 votos, respectivamente.

PT é contra urgência para projeto que cria Sistema Único de Segurança Pública

O PT é o único partido que declarou voto contrário à urgência da criação do Sistema Único de Segurança Pública (PL 3734/12). O deputado Carlos Zarattini (PT-SP) afirmou que o texto não foi amplamente discutido nem distribuído pelo relator, deputado Alberto Fraga (DEM-DF).

O relator rebateu as críticas e disse que já distribuiu a primeira versão do relatório na semana passada. "Fui pessoalmente às bancadas, apresentei o texto na semana passada e pedi as sugestões. Precisamos honrar os acordos", disse Fraga.

1.6 RELAÇÕES EXTERIORES

MP abre crédito extraordinário de R\$ 190 milhões para assistência a migrantes da Venezuela

O Congresso Nacional vai analisar a Medida Provisória 823/18, que abre crédito extraordinário de R\$ 190 milhões em favor do Ministério da Defesa, para assistência emergencial e acolhimento humanitário de pessoas vindas da Venezuela.

Segundo o governo, por meio do emprego das Forças Armadas no apoio logístico e de pessoal, a medida poderá "minimizar a grave situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório provocado pela crise humanitária na Venezuela, que levou a um aumento populacional temporário, desordenado e imprevisível no estado de Roraima".



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Conforme a justificativa da proposta, o fluxo migratório afeta, entre outros, a prestação de serviços públicos de saúde, de saneamento básico e de segurança pública de Roraima, que estaria em situação de calamidade pública.

[Câmara pode votar acordos internacionais hoje](#)

O Plenário da Câmara dos Deputados reúne-se nesta manhã para votar diversos projetos que ratificam acordos internacionais assinados pelo Brasil. Entre eles, dois tratados sobre serviços aéreos: um com o México (PDC 569/16) e um com o Reino dos Países Baixos, com relação à Curaçao (PDC 574/16). Também está na pauta o Projeto de Lei 6087/16, que desapropria um prédio comercial pertencente ao estado do Rio Grande do Sul para instalação da sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RS). O imóvel já foi declarado de utilidade pública por decreto presidencial em 2013, restando agora a transferência de propriedade.

1.7 AGENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Agenda da semana

SEGUNDA-FEIRA (19)

9 horas

Comissão Externa sobre a Intervenção Federal na Segurança Pública do RJ

Reunião com o interventor da Segurança Pública no RJ, general Braga Netto, e com o secretário de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, general Richard Fernandez Nunes.
Centro Integrado de Comando e Controle, Praça Onze, Rio de Janeiro

10 horas

Sessão solene

Em homenagem à Ordem DeMolay Brasileira e ao Supremo Conselho da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil.
Plenário Ulysses Guimarães

14 horas

Plenário

Sessão de debates.
Plenário Ulysses Guimarães

TERÇA-FEIRA (20)

14 horas

Comissão Externa sobre a Chacina de Trabalhadores Rurais no Pará

Discussão e votação do relatório da deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA).
Plenário 8

14h30

Comissão Especial da Nova Lei de Licitações (PL 6814/17)

Audiência pública para debater o PL 6814/17.

Foram convidados, entre outros, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira; o secretário de Coordenação de Projetos da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, Tarcísio Gomes de Freitas; e o diretor executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Halpher Luiggi Mônico Rosa.

Plenário 14

14h30

15) Audiência pública sobre o tema.



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Foi convidado o doutor em Sociologia e coordenador do Centro de Estudos e Pesquisa em Segurança Pública da PUC-Minas, Flávio Sapori.
Plenário a definir

15 horas

Comissão Mista sobre a MP 810/17

Medida provisória que fortalece pesquisa e desenvolvimento de tecnologias da informação e comunicação.

Audiência pública sobre o tema.

Foram convidados o diretor de Relações Governamentais da Motorola Mobility, Luiz Carneiro; e representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee); da Datacom; e da Ericsson no Brasil.

Evento interativo pelo **e-Cidadania**

Plenário 2 da ala Nilo Coelho, no Senado

15 horas

Comissão Mista sobre a MP 815/17

Medida provisória que libera R\$ 2 bilhões em caráter emergencial a municípios.

Apreciação de relatório do senador Antônio Anastasia (PSDB-MG).

Plenário 3 da ala Alexandre Costa, no Senado

15 horas

Grupo de Trabalho da Segurança Pública

Definição das proposições prioritárias para o trabalho do GT.

Plenário a definir

16 horas

Votações em Plenário

Entre os itens da pauta está o Projeto de Lei 3734/12, que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

Plenário Ulysses Guimarães

16 horas

Comissão Externa sobre a Intervenção Federal na Segurança Pública do RJ

Votação de requerimentos.

Plenário a definir

QUARTA-FEIRA (21)

9h30

Comissão Especial sobre o Marco Regulatório da Economia Colaborativa

Audiência pública para debater os Provedores de Turismo - Apps Turismo.

Foram convidados, entre outros, os presidentes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Alexandre Sampaio; da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih Nacional), Manoel Cardozo Linhares.

Plenário 9

9h30

Comissão Externa Destinada a Acompanhar o Fluxo Crescente de Imigrantes Venezuelanos em Roraima

Reunião técnica com o Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

Casa Civil da Presidência da República

14 horas

Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos

Audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado conjunta com o Grupo Parlamentar Brasil – Marrocos (Senado Federal/Câmara dos Deputados) com a



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

presença de parlamentares Marroquinos e Membros que compõem o Grupo Parlamentar Marrocos - Brasil da Câmara dos Conselheiros do Reino do Marrocos, com o objetivo de discutir temas de interesse comum no âmbito bilateral.

A reunião contará com a presença do Embaixador do Marrocos, Nabil Adghoghi.

Evento interativo pelo **e-Cidadania**

Plenário 7 da ala Alexandre Costa, no Senado

14 horas

Comissão Mista sobre a MP 814/17

Medida provisória que abre caminho para a privatização da Eletrobras.

Apreciação do plano de trabalho.

Plenário 6 da ala Nilo Coelho, no Senado

14h30

Comissão Mista sobre a MP 810/17

Medida provisória que fortalece pesquisa e desenvolvimento de tecnologias da informação e comunicação.

Audiência pública sobre o tema.

Foram convidados representantes do Ministério das Relações Exteriores; do TCU; do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União; e da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

Evento interativo pelo **e-Cidadania**

Plenário 3 da ala Alexandre Costa, no Senado

14h30

Comissão Mista sobre a MP 809/17

Medida provisória que autoriza a criação de fundo para gerir compensação ambiental.

Audiência pública sobre o tema.

Foram convidados, entre outros, os presidentes do ICMBio, Ricardo Soavinski; e do Ibama, Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo.

Evento interativo pelo **e-Cidadania**

Plenário 9 da ala Alexandre Costa, no Senado

14h30

Comissão Externa Destinada a Acompanhar o Fluxo Crescente de Imigrantes Venezuelanos em Roraima

Votação de requerimentos.

Plenário 15

15 horas

Comissão Mista sobre a MP 811/17

Medida provisória que autoriza empresa pública a vender diretamente petróleo do pré-sal da União.

Audiência pública.

Foram convidados representantes da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia; da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); da ANP; e do BNDES.

Evento interativo pelo **e-Cidadania**

Plenário 6 da ala Nilo Coelho, no Senado

16 horas

Votações em Plenário

Proposições remanescentes do dia anterior.

Plenário Ulysses Guimarães

QUINTA-FEIRA (22)



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

9 horas

Votações em Plenário

Análise de proposições remanescentes do dia anterior e de acordos internacionais.

Plenário Ulysses Guimarães

9h05

Sessão Solene

Homenagem ao Dia Internacional do Direito à Verdade, sobre Graves Violações aos Direitos Humanos e da Dignidade das Vítimas.

Plenário Ulysses Guimarães

10 horas

Edições Câmara

Lançamento de “O Voto Feminino no Brasil” e palestra de Teresa Marques sobre “Voto feminino: concessão ou conquista? ”. Salão Nobre

SEXTA-FEIRA (23)

9 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

15 horas

Sessão Solene

Homenagem ao Dia Internacional da Síndrome de Down.

Plenário Ulysses Guimarães

Link: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/554656-AGENDA-DA-SEMANA.html>

2. PODER LEGISLATIVO -

SENADO
FEDERAL



2.1 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Recursos de Fundo Penitenciário poderão financiar bloqueadores de celulares

A Comissão Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) analisa, nesta quarta-feira (14), a partir das 9h, projeto do senador Lasier Martins (PSD-RS) que destina recursos para os estabelecimentos prisionais cumprirem a obrigatoriedade de instalar bloqueadores de telefones celulares. Originalmente, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 285/2017 sugeria a cobertura desses serviços com recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), mas nas passagens pelas comissões foi proposta a substituição pelo Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), por este possuir, ao contrário do Fistel, respaldo legal para assegurar o direcionamento de verbas orçamentárias ao objetivo pretendido. A mudança foi mantida pelo relator na CCT, senador Otto Alencar (PSD-BA).



[Plenário pode votar novas causas para aumento de pena do feminicídio](#)

O aumento no tempo da pena de prisão aplicável ao feminicídio — assassinato de mulher por razões de gênero — é o primeiro item da pauta do Plenário desta semana, que também inclui outros dois projetos ligados à segurança pública, tema considerado prioritário pelo Senado em 2018. Entre as hipóteses para o agravamento da pena está a prática do crime em descumprimento de medida protetiva de urgência prevista na Lei Maria da Penha. Se for aprovado, o texto (PLC 8/2016) seguirá para a sanção presidencial.

[Medeiros defende legítima defesa para ação policial contra arma de uso restrito](#)

O senador José Medeiros (Pode-MT) defendeu projeto de sua autoria que muda o Código Penal para presumir legítima defesa o ferimento ou a morte, por agente de segurança pública, de quem portar ilegalmente armamento de uso restrito, representando perigo direto para as pessoas próximas.

Medeiros negou que o projeto tenha o objetivo de “abater pessoas”. O senador deu exemplo de um policial de Mato Grosso do Sul que levou 30 tiros de fuzil em três segundos, sem ter possibilidade de reação. Na opinião de José Medeiros, se os policiais não puderem atirar primeiro nestas situações, continuarão morrendo.

[Lindbergh Farias condena impeachment de Dilma e 'perseguição política' a Lula](#)

O impeachment da presidente Dilma Rousseff e a condenação do ex-presidente Lula pelo 4º Tribunal Regional Federal, em segunda instância, voltaram a ser criticados pelo senador Lindbergh Farias (PT-RJ) nesta terça-feira (13).

Segundo o parlamentar, Lula tem sofrido uma “perseguição da elite brasileira desde o início do processo”, cujo intuito é impedir a candidatura dele “a qualquer custo”.

[Oficiais de justiça querem aprovação de porte de arma para a categoria](#)

Em reunião com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, o vice-presidente do Senado, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), o presidente da Federação Sindical dos Oficiais de Justiça do Brasil (Fojebra), Edvaldo dos Santos Lima Júnior, e outros representantes da categoria defenderam a aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2007, que permite o porte de arma de fogo para seus integrantes. O encontro ocorreu nesta quarta-feira (14).

[Fátima Bezerra cobra recursos para segurança no Rio Grande do Norte](#)

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) lamentou que o Rio Grande do Norte não esteja entre os estados que receberão crédito do BNDES para a segurança pública. Segundo ela, o estado é um dos mais afetados pela violência urbana.

Fátima citou relatório de uma ONG mexicana que aponta a cidade de Natal como a capital mais violenta do Brasil. Ainda segundo a senadora, entre 2015 e 2017, o Rio Grande do Norte registrou mais de 6 mil homicídios.

3. PODER JUDICIÁRIO

3.1 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

[Ministro assegura a guardas municipais direito à aposentadoria especial](#)

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que os pedidos de aposentadoria especial de quatro guardas municipais sejam apreciados pelas prefeituras correspondentes, aplicando, no que couber, os termos da Lei Complementar (LC) 51/1985. A decisão foi tomada nos Mandados de Injunção (MIs) 6770, 6773, 6780 e 6874, impetrados por guardas municipais de Barueri (SP), Indaiatuba (SP) e Montenegro (RS).

[Grupo de trabalho liderado pela presidente do STF discute soluções para a questão penitenciária brasileira](#)

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, se reuniu na tarde desta segunda-feira (12) com o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, e o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Raimundo Carreiro, para discutir o processo de construção de presídios e penitenciárias no Brasil. Na próxima sexta-feira (16), o grupo de trabalho se reúne novamente para apresentar soluções.

[Ministro autoriza parte do indulto presidencial para sentenciados](#)

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), proferiu decisão liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5874, na qual é questionado o decreto de indulto editado pelo presidente da República, Michel Temer, em dezembro de 2017. A nova decisão altera pontos da liminar anteriormente concedida, permitindo a aplicação em parte do decreto nas hipóteses em que não se verifica desvirtuamento na concessão do benefício e mediante os critérios nela fixados.

[2ª Turma nega HC que questionava criminalização de desacato de civil contra militar](#)

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) negou Habeas Corpus (HC 141949) a um civil condenado pelo crime de desacato a militar que se encontrava no exercício de suas funções. Segundo entendimento da maioria do colegiado, a tipificação do delito (artigo 299 do Código Penal Militar) não é incompatível com a Constituição Federal e com a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).

3.2 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

[Restabelecida sentença que condenou motorista por uso indevido de brasão da Polícia Federal](#)

Um motorista de Recife que utilizou no capô de carro particular adesivo que reproduzia o emblema da Polícia Federal teve sentença condenatória de dois anos e seis meses de reclusão, em regime aberto, restabelecida pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O motorista havia sido absolvido em segundo grau pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), mas os ministros da Sexta Turma entenderam que sua conduta está enquadrada no artigo 296, parágrafo 1º, inciso III, do Código Penal. De acordo com o Ministério Público, o carro, registrado em nome da empresa do réu, teria exibido o emblema da PF durante evento em clube da capital pernambucana. O próprio motorista, em interrogatório à polícia, confirmou o uso do símbolo.



[Terceira Seção declara competência da Justiça Federal para apurar agressão contra índio](#)

Por unanimidade de votos, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) declarou a competência da Justiça Federal para a apuração de crime de lesão corporal contra um indígena de Roraima. De acordo com o processo, ao abordar produtores rurais que trabalhavam terra pertencente à comunidade indígena, pedindo a paralisação das atividades, os indígenas foram agredidos com socos e chutes. Um deles sofreu diversos hematomas e escoriações pelo corpo e teve uma fratura na mão direita, que causou incapacidade para suas ocupações habituais por mais de 30 dias.

[Tribunal não terá expediente nos dias 28, 29 e 30 de março](#)

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) informa que, em virtude da Semana Santa, não haverá expediente nos dias 28, 29 e 30 de março. Os prazos processuais que devam iniciar-se ou completar-se nesses dias serão automaticamente prorrogados para a segunda-feira subsequente, 2 de abril, conforme os termos da Portaria STJ/GDG 136, publicada nessa terça-feira (13).

5. OUTRAS PUBLICAÇÕES (SITES, LIVROS, REVISTAS ETC.)

6. ASSUNTOS DE INTERESSE DA FENEME

[DEPUTADOS APRESENTAM PAUTA PRIORITÁRIA SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA](#)

Deputados integrantes do grupo de trabalho destinado a receber propostas de parlamentares sobre segurança pública apresentaram nesta terça-feira (13) as prioridades de suas bancadas. O coordenador do grupo, deputado Alberto Fraga (DEM-DF), informou que levará as propostas mais relevantes à presidência da Câmara para que sejam apreciadas com prioridade. Um dos projetos apresentados pelo deputado Davidson Magalhães (PCdoB-BA) trata da escolta durante o transporte de explosivos, bem como de regras para produção, estoque e uso do produto (PL 7447/17). "O uso de explosivos tem aumentado, principalmente em roubos a caixas eletrônicos. Recentemente, na cidade de Eunápolis, no interior da Bahia, houve inclusive a explosão da instituição bancária", citou Magalhães.

7. CURTA E SIGA A FENEME NAS REDES SOCIAIS

Facebook: <https://www.facebook.com/secretariofeneme.feneme>

Twitter: <https://twitter.com/realfeneme>

Sites: www.feneme.org.br / www.ciclocompleto.com.br



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Brasília, 19 de março de 2018.



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES E ESTRATÉGICAS PARA A FENEME NO ÂMBITO DOS PODERES, ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES, ESTÃO SENDO REPASSADAS VIA RELATÓRIOS E COMUNICAÇÕES COMPLEMENTARES AO PRESIDENTE DA ENTIDADE, PARA OS ENCAMINHAMENTOS NECESSÁRIOS.